



# Câmara Municipal de Jaguariúna

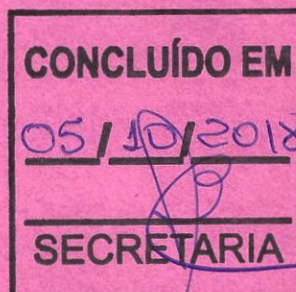
## SECRETARIA



Processo N° 134 Exercício de: 2018

ASSUNTO: CM nº 134/2018 - Dispõe sobre avaliação  
das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de  
Jaguariúna - 2º Quadrimestre de 2018

Nome: Câmara Municipal Jaguariúna



AUTUAÇÃO

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, nesta cidade de Jaguariúna, na Secretaria da Câmara Municipal, autuo o processo acima referido como adiante se vê. Do que para constar, faço este termo.

Eu, \_\_\_\_\_, Secretário, a subscrevi



# Prefeitura do Município de Jaguariúna

## Secretaria de Administração e Finanças



Jaguariúna, 10 de setembro de 2018.

**Ofício SAF nº 016/2018**

**Assunto:** Agendamento Audiência de Metas Fiscais – 2º Quadrimestre/2018.

Estamos por meio deste, solicitando a possibilidade de agendamento para a realização da Audiência Pública de Metas Fiscais referente 2º Quadrimestre/2018, para o dia 27/09/2018 (quinta-feira) às 18:30h.

Tal solicitação se faz necessário para darmos cumprimento ao art. 9º § 4º da LC 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Certos da compreensão, renovamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fernando Alberto de Moraes  
Secretário Interino de Administração e Finanças

Câmara Municipal de Jaguariúna  
Sr. Romilson Nascimento Silva  
DD. Presidente  
Jaguariúna - SP





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Jaguariúna, 10 de setembro de 2018

Ofício nº 712/2018.- PRE

Senhor Presidente,

Passamos às mãos de Vossa Excelência para análise desta Comissão, carta da Diretora de Contabilidade e Orçamento, que solicita convocação de Audiência Pública para **avaliação do cumprimento das Metas Fiscais – 2º Quadrimestre/2018**, em cumprimento ao disposto ao Art. 9º, § 4º da LC 101/2000.

Atenciosamente,

  
**VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA**  
Presidente

Ao Senhor

Vereador Afonso Lopes da Silva

Presidente da Comissão Permanente de

Orçamento, Finanças e Contabilidade

**Jaguariúna – S.P.**



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



## Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Jaguariúna, 10 de setembro de 2018

Ao Senhor  
Vereador Romilson Nascimento Silva  
Presidente da Câmara Municipal  
**Nesta**

Senhor Presidente,

Solicitamos de Vossa Excelência, a convocação de Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 2º Quadrimestre de 2018, em cumprimento ao disposto ao Art. 9º, § 4º da LC 101/2000, se possível na data de **27 de setembro corrente (quinta-feira), às 18h30min**, nesta **Casa de Leis**.

Atenciosamente,

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA  
Presidente da Comissão Permanente de  
Orçamento, Finanças e Contabilidade

<b>PROTOCOLO</b>
Nº de Ordem <u>1367</u>
Fls. Nº <u>65</u> Livro Nº <u>37</u>
<u>10/09/18</u>
SECRETARIA



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 023/2018.-** **DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2018.**

**ROMILSON NASCIMENTO SILVA**, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 004/2018, a ocorrer no dia **27 de setembro de 2018 (quinta-feira)**, às **18h30min**, na **Sala das Sessões desta Câmara Municipal** para:

- **Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 2º Quadrimestre de 2018 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.-**

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 11 de setembro de 2018

  
**VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA**  
Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

  
**p/ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI**  
Diretora Geral



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Jaguariúna, 17 de setembro de 2018

À Senhora

Cristina Aparecida Rossi Serra

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**Jaguariúna – S.P.**

Prezada Senhora

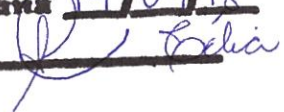
Convidamos Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública que ocorrerá no próximo **dia 27 de setembro de 2018, quinta-feira, às 18h30min, na Sala de Sessões da Câmara Municipal**, nesta cidade, para **Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 2º Quadrimestre de 2018**.

Solicitamos que sejam enviados técnicos dessa Secretaria que possam discorrer sobre as Metas Fiscais, esclarecendo-nos sobre as dúvidas que certamente surgirão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria nossas manifestações de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA**  
Presidente da Comissão Permanente  
de Orçamento, Finanças e Contabilidade

**Recebemos**  
Jaguariúna 19/09/18  




# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



## **COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE**

### **CONVITE**

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida para a **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para **avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 2º Quadrimestre de 2018**, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia **27 de setembro de 2018, quinta-feira, às 18h30min**, na **Sala de Sessões da Câmara Municipal**, nesta cidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, setembro de 2018

  
**VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA**  
Presidente da Comissão Permanente  
de Orçamento, Finanças e Contabilidade



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



15 DE SETEMBRO DE 2018



IMPrensa Oficial DO MUNICÍPIO DE 2018

## PODER LEGISLATIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

### CÂMARA MUNICIPAL

Prezados Senhores

Em atendimento ao que preceitua na Lei 10.520/2002, encaminhamos extrato de aviso Abertura de Pregão Presencial (quadro abaixo) para publicação no próximo dia 15 de setembro.

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA  
NOTA DE CORREÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO DIA 08/09/2018.

A Câmara Municipal de Jaguariúna torna pública a retificação da veiculação anterior, ficando substituída na íntegra pelas informações abaixo;

Pregão Presencial Nº: 01/2018, TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

AUTORIZAÇÃO: PRESIDENTE DA CÂMARA - VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA

Regência: Lei 10.520/02, 8.666/93 também pelas Leis Complementares 123/06 e 147/14, Resolução desta Câmara Municipal nº 166/2013 e alterações posteriores.

1. - Para recebimento dos envelopes DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇO, fica determinado o dia 28 de SETEMBRO de 2018, até as 9h30m, no Plenário da Câmara Municipal de Jaguariúna, Rua Coronel Amâncio Bueno, 446 - Centro - Jaguariúna/SP. - CEP: 13910-009.

2 - OBJETO - Contratação para Serviço Especializado Em Rede de Transporte de Dados - 02 Link de dados de banda larga com cabeamento de FIBRA ÓPTICA, visando atender as necessidades de acesso a internet pela Câmara Municipal de Jaguariúna/SP, conforme requisitos técnicos, níveis de qualidade de serviço e quantidades descritas no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I.

3 - Os interessados poderão extrair edital na íntegra a partir do dia 10/09/2018, através do site: [www.camarajaguariuna.sp.gov.br](http://www.camarajaguariuna.sp.gov.br), ou pessoalmente na sede da Câmara, endereço acima descrito.

4 - Esclarecimentos, providências ou impugnações ao ato convocatório do pregão por qualquer pessoa poderá ser solicitados, por email [rosangelaribeiro@camarajaguariuna.sp.gov.br](mailto:rosangelaribeiro@camarajaguariuna.sp.gov.br) ou pelo Protocolo Geral desta Casa de Leis até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas. Horário de atendimento das 8:30 as 16:30, de segunda a sexta-feira dias de expediente normal, no endereço acima descrito, telefones para contato (19) 3847-4336 ou (19) 3847-4320 - Rosangela Jaguariúna, 10 de setembro de 2018.

Romilson Nascimento Silva  
Vereador/ Presidente

Rosangela M. S. Ribeiro  
Pregoeira

Sem mais para o momento, colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos.  
Jaguariúna, 10 de setembro de 2018.

Rosangela M. S. Ribeiro  
Pregoeira

DECRETO LEGISLATIVO Nº 288  
(Autoria: Vereador Afonso Lopes da Silva - PPS)

Dispõe sobre concessão de título de "Cidadã Jaguariunense", à

pela Presidência.

Art. 3º - As despesas decorrentes com a execução deste Decreto Legislativo onerarão dotações orçamentárias específicas consignadas à Câmara Municipal.

Art. 4º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, 10 de setembro de 2018

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA

Presidente

Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

P/ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI

Diretora Geral

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 023/2018.-  
DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2018.

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 - Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 004/2018, a ocorrer no dia 27 de setembro de 2018 (quinta-feira), às 18h30min, na Sala das Sessões desta Câmara Municipal para:

□ Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 2º Quadrimestre de 2018 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.-

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 11 de setembro de 2018

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA

Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

p/ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI  
Diretora Geral

Pauta dos Trabalhos da 20ª Sessão Ordinária, de 11/09/2018

Expediente:

Dos Senhores Vereadores:

Requerimentos:

4. José Cecon se prazo e viabilizações;

5. Executivo Municipal foi atendida a Rua Laranjeira

6. Executivo Municipal foi atendida a sinalização de Hall e a MP E

7. ao Executivo Municipal não foi atendido pedestres diários

8. do Município onde elas estão

9. do Município alterações no t

10. nhia Luz e Foc sobre o aumento Pedreira (com

11. do Município das empresas públicas e privadas

12. do Município 2.502, não esta

13. José Cecon sobre a criação de regras de alimen

14. do Município Prefeitura Municipal Floresta, Santo janeiro de 2013

15. do Município serem abertas n

16. Inauguração



# JAGUARIÚNA

ESTRELA QUE BRILHA NA REGIÃO DE CAMPINAS

**JAGUARIÚNA**

PREFEITURA DE

[jaguariuna.sp.gov.br](http://jaguariuna.sp.gov.br)

[/prefeitura@jaguariuna](mailto:/prefeitura@jaguariuna)

[/prefeitura.de.jaguariuna.official](http://www.prefeitura.de.jaguariuna.official)

Esperitismo com os alunos da Escola das Artes

7ª Famlia Adams' Local: Teatro Municipal

Horário: 19h

do 3º horário de atendimento

iro Florandópolis

prandópolis - Rua Angeloni, S/N.

ofis | Horário: 18h

Inauguração consultório odontológico na

UBS Miguel Martini

Local: UBS Miguel Martini - Rua Fracchetta,

140, Vila Miguel Martini Horário: 10h

1 - Edição especial Aniversário

a - Local: E. M. Profª Oscarina

Rua Avenida Guido Tozzi, s/nº,

Inauguração da UBS Zambom 'Maria do Carmo

Paolillo Machado de Souza - Dona K

ho | Horário: 08h





22 de Setembro de 2018

IMPrensa Oficial do Município de Jaguariúna

## PODER EXECUTIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

devido processo legal, contraditório e ampla defesa no julgamento das contas do exercício de 2011;

Considerando que a intimação do responsável pelas Contas não foi realizada pessoalmente, dificultando o seu livre e amplo exercício de defesa;

Considerando que houve perseguição política, já que houve descon sideração do Parecer favorável emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do São Paulo à aprovação das contas do exercício de 2011;

Considerando que houve ato de desvio de finalidade no julgamento das contas, já que motivado por perseguição política e intuito de tornar o gestor responsável pelas contas inelegível e sem possibilidade de participação na disputa eleitoral no ano de 2016.

O VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica anulado o Decreto Legislativo nº 244, de 19 de agosto de 2015, que Rejeita a prestação de contas anuais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna relativa ao exercício financeiro de 2011, diante da ocorrência e verificação de vícios insanáveis que causaram a ilegalidade do referido Ato.

Parágrafo único – Os efeitos temporais da decretação de nulidade retroagem, alcançando a data de chegada do parecer prévio do egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo à Câmara Municipal.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 290

Art. 2º A Câmara Municipal de Jaguariúna, exercendo juízo de retratação, julgará o Processo TC nº 1325/026/11, relativo às contas do Poder Executivo referentes ao exercício de 2011, no prazo de 90 (noventa) dias, após a publicação deste Decreto Legislativo, observando o contraditório e a ampla defesa.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário. Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, 19 de setembro de 2018.

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA  
Presidente  
Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI  
Diretora Geral

DECRETO LEGISLATIVO Nº 291  
(Autoria: Afonso Lopes da Silva – PPS; Cássia Murer Montagner – PPR; Cristiano José Cecon – PV; Ináida Lúcio de Barros Santana – PMDB; Rodrigo da Silva Blanco – PMDB; Walter Luís Tozzi de Camargo – PMDB)

234, de 11 de dezembro de 2013, e dá outras providências.

Considerando o descumprimento às regras do devido processo legal, contraditório e ampla defesa no julgamento das contas do exercício de 2009;

Considerando que a intimação do responsável pelas Contas foi instruída com argumentos diferentes dos constantes no julgamento, impedindo o seu livre e amplo direito de defesa de produzir provas condizentes e acompanhar o julgamento;

Considerando que houve perseguição política, já que houve descon sideração do Parecer favorável emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do São Paulo à aprovação das contas do exercício de 2009;

Considerando que houve ato de desvio de finalidade no julgamento das contas, já que motivado por perseguição política e intuito de tornar o gestor responsável pelas contas inelegível e sem possibilidade de participação na disputa eleitoral no ano de 2016.

O VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica anulado o Decreto Legislativo nº 234, de 11 de dezembro de 2013, que Rejeita a prestação de contas anuais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna relativa ao exercício financeiro de 2009, diante da ocorrência e verificação de vícios insanáveis que causaram a ilegalidade do referido Ato.

Parágrafo único – Os efeitos temporais da decretação de nulidade retroagem, alcançando a data de chegada do parecer prévio do egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo à Câmara Municipal.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 291

Art. 2º A Câmara Municipal de Jaguariúna, exercendo juízo de retratação, julgará o Processo TC nº 0455/026/09, relativo às contas do Poder Executivo referentes ao exercício de 2009, no prazo de 90 (noventa) dias, após a publicação deste Decreto Legislativo, observando o contraditório e a ampla defesa.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, 19 de setembro de 2018

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA  
Presidente  
Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI  
Diretora Geral

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 023/2018 - DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2018.

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 004/2018, a ocorrer no dia 27 de setembro de 2018 (quinta-feira), às 18h30min, na Sala das Sessões desta Câmara Municipal para:

▫ Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 2º Quadrimestre de 2018 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 11 de setembro de 2018

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA  
Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI  
Diretora Geral

RESOLUÇÃO Nº 195  
(Autoria: Mesa da Câmara Municipal – Biênio 2017-2018)

Dispõe sobre a concessão de Cesta Natalina aos servidores da Câmara Municipal.

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução: Art. 1º. Fica a Mesa da Câmara Municipal de Jaguariúna autorizada a conceder observadas as exigências da Lei 8666/93 e modificações posteriores, uma "Cesta de Natal" a cada servidor da Câmara Municipal, por ocasião do Natal.

Parágrafo único – A cesta referida neste artigo será composta de produtos equivalentes e concedida de forma equitativa para todos os servidores indistintamente.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária específica, suplementando-se, se necessário.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidência da Câmara Municipal, 15 de agosto de 2018.

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA  
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI  
Diretora Geral



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



**PAUTA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS – 2º QUADRIMESTRE DE 2018, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 9º, § 4º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000), REALIZADA AOS 27 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 18:30 HS, NA SALA DE SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL.**

- O Sr. Presidente da Câmara Municipal faz a abertura da Audiência Pública, passando os trabalhos da mesma para o Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Afonso Lopes da Silva.
- O Sr. Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Afonso Lopes da Silva, convida os demais Vereadores Membros da Comissão para fazerem parte da Mesa, sendo os Srs. Cristiano José Cecon, Vice-Presidente e Luiz Carlos de Campos, Secretário.
- O Sr. Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade explica o procedimento para a realização da referida Audiência.
  - O Representante da Secretaria de Administração e Finanças terá vinte minutos para fazer a explanação a respeito das Metas Fiscais;
  - os Vereadores poderão usar a palavra por cinco minutos, na tribuna, tendo a Secretaria de Administração e Finanças o mesmo tempo para responder, facultadas as réplicas e tréplicas;
  - as pessoas presentes na Assembléia também poderão usar a palavra por cinco minutos, desde que, devidamente inscritas, junto à funcionária da Câmara presentes na Assembléia;
- O Sr. Presidente passa a palavra ao Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças para fazer a exposição das

**METAS FISCAIS – 2º QUADRIMESTRE/2018**

- Deixa livre a palavra aos inscritos, pela ordem, que terão no máximo, 5 minutos para uso da palavra.

.....  
.....

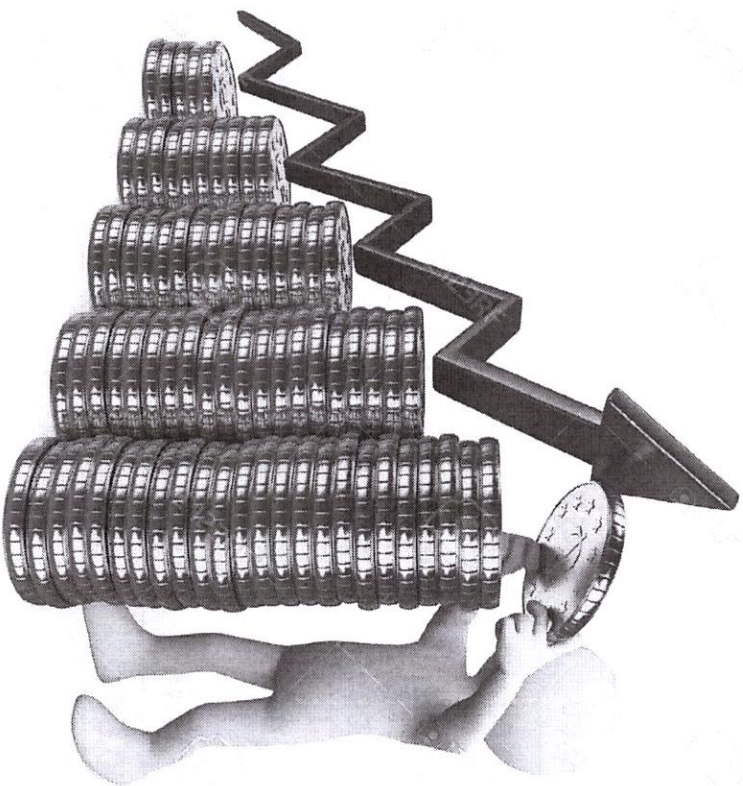
- Palavras do Sr. Presidente.
- Encerramento da Audiência Pública.
- Secretaria da Câmara Municipal, aos 27 de setembro de 2018



Alzira Elmano de Campos  
Secretaria Geral



# Prefeitura do Município de Jaguarúna



## Audiência Pública

### Metas Fiscais

**2º Quadrimestre 2018**

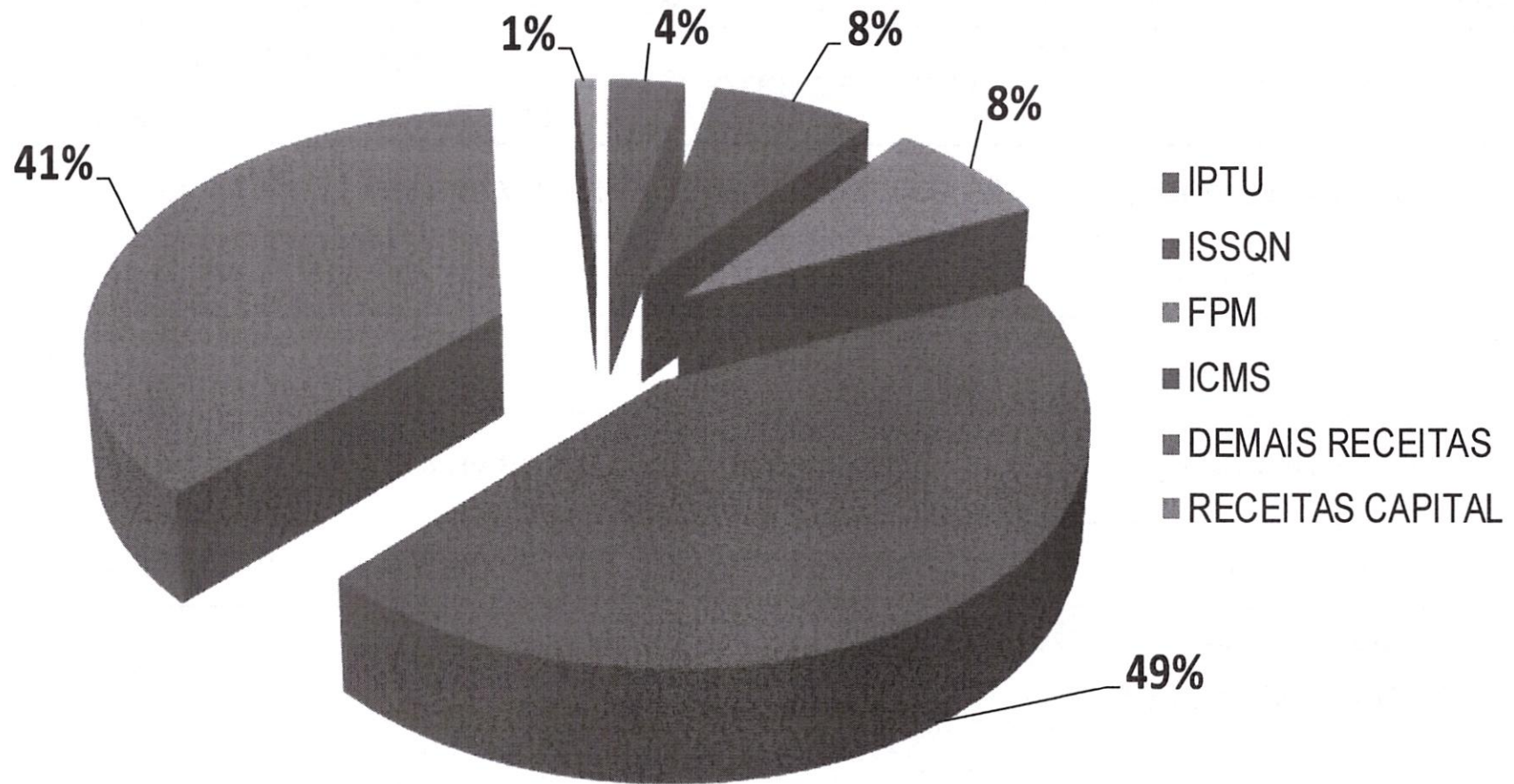
# Receitas 2018



RECEITAS		VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO
			2º QUADRIMESTRE
			%
<b>Receitas Correntes</b>		<b>R\$ 397.754.350,00</b>	<b>R\$ 245.834.180,12</b>
IPTU	R\$ 13.085.300,00	R\$ 9.519.615,58	72,75%
ISSQN	R\$ 35.673.600,00	R\$ 20.343.993,72	57,02%
FPM	R\$ 30.864.200,00	R\$ 20.500.232,36	66,42%
ICMS	R\$ 182.187.000,00	R\$ 121.882.848,58	66,89%
Demais Receitas Correntes	R\$ 135.259.250,00	R\$ 101.800.984,02	75,26%
(-) Contas Redutoras (ICMS, FPM, IPI, ITR, IPVA)	-R\$ 45.588.980,00	-30.544.352,13	66,99%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>R\$ 5.545.630,00</b>	<b>R\$ 2.572.756,72</b>	<b>46,39%</b>
Transferências de Convênios	R\$ 1.945.630,00	R\$ 2.572.756,72	132,23%
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 375.712.000,00</b>	<b>R\$ 248.406.936,84</b>	<b>66,11%</b>



# Receitas 2018



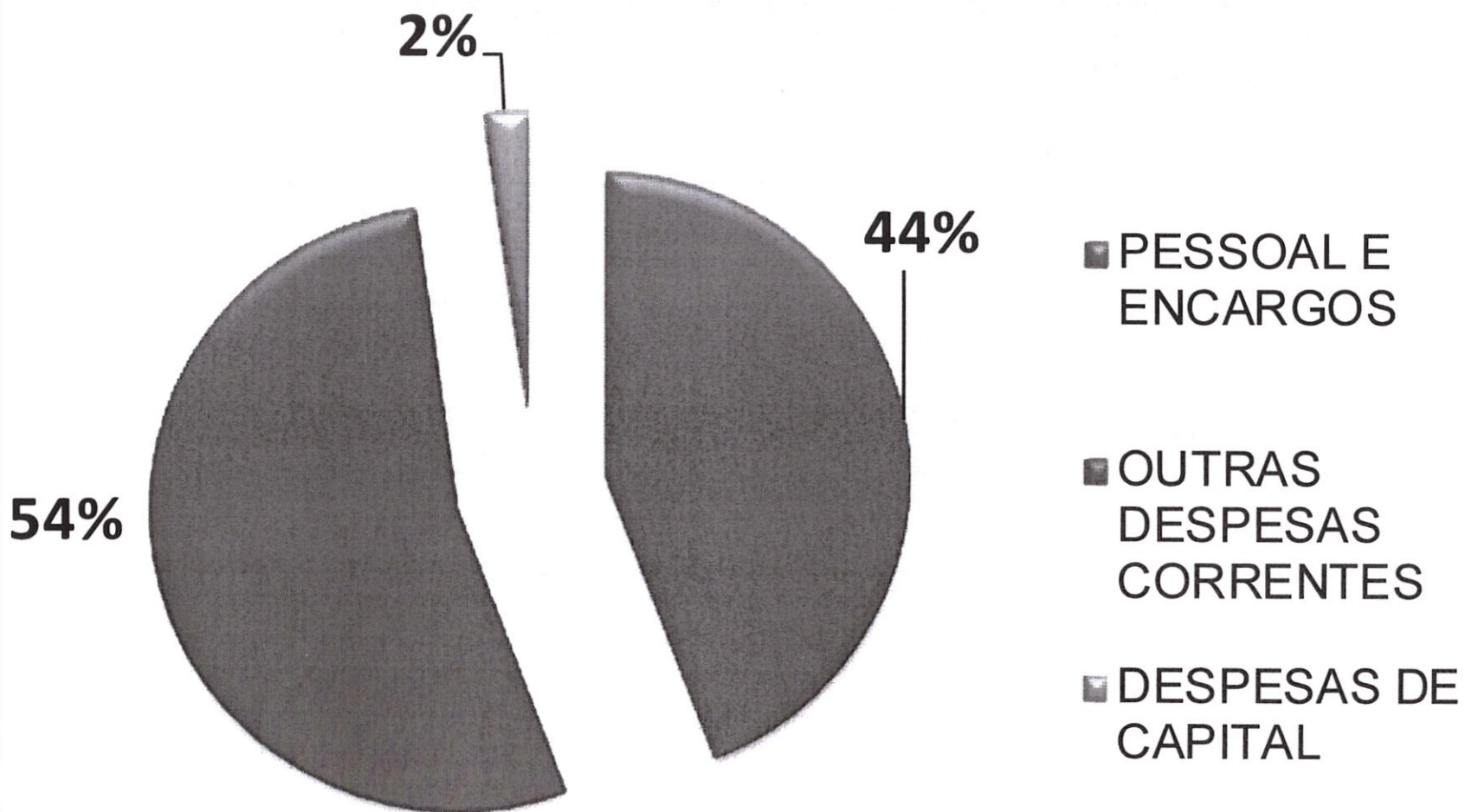
# Despesas 2018



VALOR REALIZADO		VALOR PREVISTO	DESPESAS
PAGO	LIQUIDADO		
R\$ 200.553.735,32	R\$ 217.926.697,11	R\$ 327.597.970,00	Despesas Correntes
R\$ 87.504.224,63	R\$ 98.367.671,49	R\$ 142.601.862,77	Pessoal e Encargos
R\$ 113.049.510,69	R\$ 119.559.025,62	R\$ 184.996.107,23	Outras Despesas Correntes
R\$ 3.848.237,77	R\$ 4.998.460,51	R\$ 18.089.030,00	Despesas de Capital
R\$ 3.848.237,77	R\$ 4.998.460,51	R\$ 18.089.030,00	Investimentos
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.025.000,00	Reserva de Contingenciamento
R\$ 204.401.973,09	R\$ 222.925.157,62	R\$ 375.712.000,00	TOTAL



# Despesas 2018



<b>SALDO A PAGAR</b>	<b>R\$ 334.506,83</b>
CANCELADOS	R\$ 0,00
PAGOS (ATÉ 30/08/2018)	R\$ 0,00
RESTOS A PAGAR	R\$ 334.506,83
<b>2014</b>	

<b>SALDO A PAGAR</b>	<b>R\$ 343.412,15</b>
CANCELADOS	R\$ 0,00
PAGOS (ATÉ 30/08/2018)	R\$ 0,00
RESTOS A PAGAR	R\$ 343.412,15
<b>2012</b>	

**Restos a Pagar**





# Restos a Pagar

**2015**

RESTOS A PAGAR		R\$ 1.931.480,97
PAGOS (ATÉ 30/08/2018)		R\$ 0,00
CANCELADOS		R\$ 0,00
<b>SALDO A PAGAR</b>		<b>R\$ 1.931.480,97</b>

**2016**

RESTOS A PAGAR		R\$ 4.696.623,77
PAGOS (ATÉ 30/08/2018)		R\$ 2.538.091,66
CANCELADOS		R\$ 0,00
<b>SALDO A PAGAR</b>		<b>R\$ 2.158.532,11</b>



# Restos a Pagar

2017

RESTOS A PAGAR R\$ 20.086.917,75

PAGOS (ATÉ 30/08/2018)

R\$ 19.444.073,92

CANCELADOS

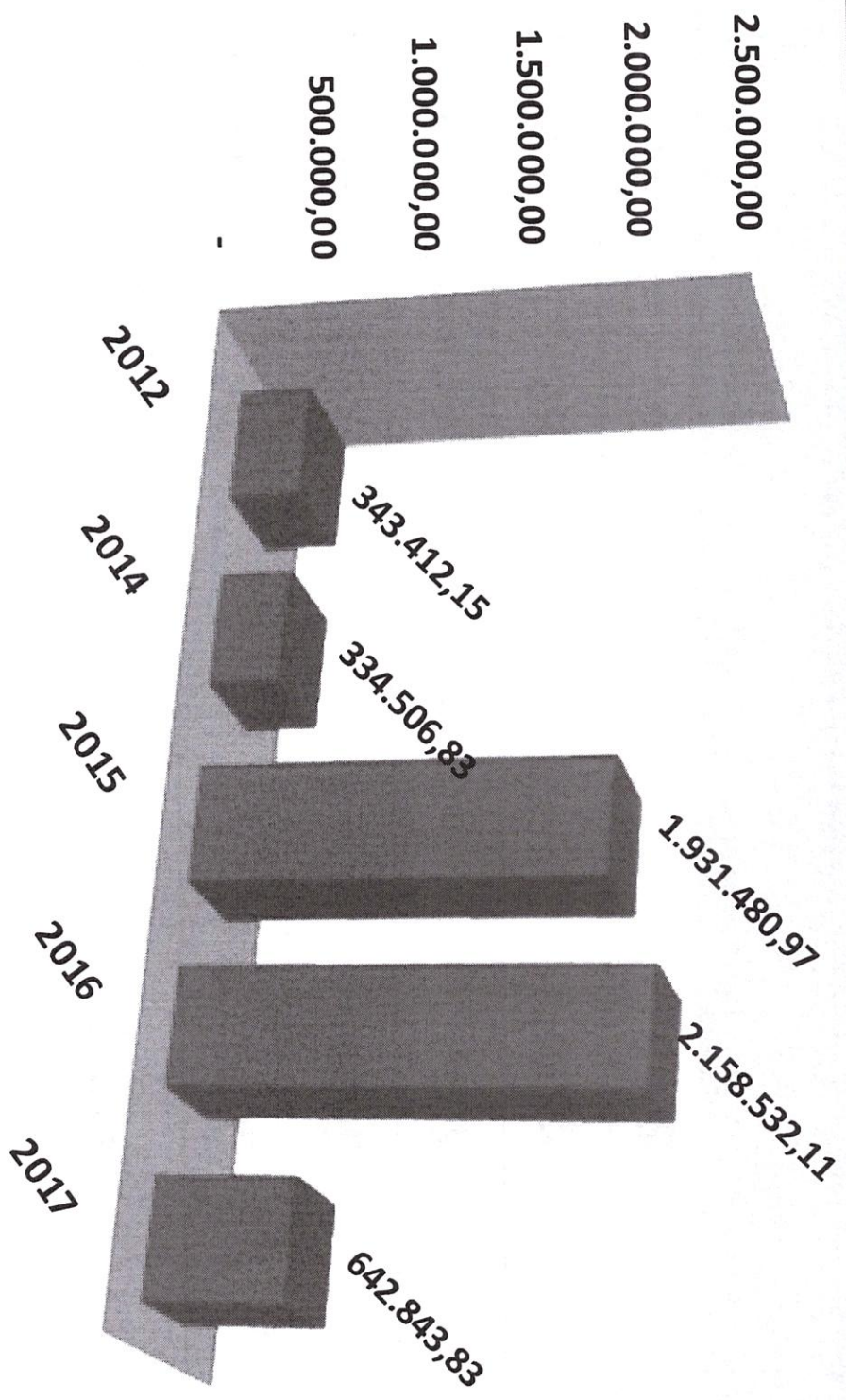
R\$ 0,00

**SALDO A PAGAR**

**R\$ 642.843,83**



# Restos a Pagar





# Restos a Pagar - Resumen

## SALDO A PAGAR

2012	R\$ 343.412,15
2014	R\$ 334.506,83
2015	R\$ 1.931.480,97
2016	R\$ 2.158.532,11
2017	R\$ 642.843,83
TOTAL	R\$ 5.410.775,89



# DÍVIDA CONSOLIDADA

2018	1°	2°	3°
	QUADRIMESTRE	QUADRIMESTRE	QUADRIMESTRE
	R\$ 38.125.021,91	37.511.713,56	--

# DÍVIDA CONSOLIDADA

Detalhamento



Descrição	Valor
JaguarPrev	R\$ 3.674.191,97
Cetesb	R\$ 212.211,61
Precatórios	R\$ 2.810.058,89
PASEP	R\$ 89.974,92
Secretaria de Estado da Educação	R\$ 975.340,41
Fornecedores	R\$ 29.749.935,76
Total	R\$ 37.511.713,56



# Receita Corrente Líquida

## 2018

---

(A) RECEITAS CORRENTES	R\$ 385.310.151,72
(B) PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 7.424.046,14
(C) FUNDEB	R\$ 44.767.166,41
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (A-B-C)</b>	<b>R\$ 333.118.939,17</b>



# Aplicações

ESPECIFICAÇÃO	VALOR APLICADO
RECEITA CORRENTE LIQUIDA	<b>R\$ 333.118.939,17</b>
DESpesas COM PESSOAL	<b>R\$ 138.950.823,13</b>
PORCENTAGEM RELAÇÃO R.C.L	<b>41,71%</b>



# Receitas de Impostos

ESPECIFICAÇÃO	VALOR APLICADO
IMPOSTOS MUNICIPAIS	R\$ 40.398.416,51
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	R\$ 21.042.840,59
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 132.900.291,88
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 194.341.548,98</b>



# Aplicação na Saúde

## APLICAÇÃO NA SAÚDE CONFORME ART. 77, III A.D.C.T

(A) Receita de impostos	R\$ 193.122.689,04
(B) Empenhos Liquidados	R\$ 26.621.056,74
(C) Empenhos Liquidados – ASAMAS	R\$ 38.237.589,45
(D) Auxílios e Transferências	R\$ 3.762.923,17
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)	R\$ 61.095.723,02
(F) Porcentagem Aplicação	31,64%



# Aplicação na Educação

## APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO

(A) Receita de impostos	<b>R\$ 194.341.548,98</b>
(B) Total Empenhos Liquidados	<b>R\$ 39.007.880,30</b>
(C) Valor retido FUNDEB	<b>R\$ 30.544.353,13</b>
(D) Auxílios e Transferências	<b>R\$ 6.708.643,71</b>
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)	<b>R\$ 62.843.589,72</b>
(F) Porcentagem Aplicação (E / A)	<b>32,33%</b>



# Aplicação FUNDEB

APLICAÇÃO FUNDEB		
(A) Valor recebido	<b>R\$ 24.698.539,98</b>	
(B) Rendimentos	<b>R\$ 39.170,26</b>	
<b>(C) Total (A + B)</b>	<b>R\$ 24.737.710,24</b>	
(D) Total aplicado	<b>R\$ 25.730.847,45</b>	<b>104,01%</b>
(E) Aplicação Magistério	<b>R\$ 22.233.182,81</b>	<b>89,88%</b>



# Créditos

	<b>SALDO EM 31/12/2017</b>	<b>ALTERAÇÕES (-)</b>	<b>ALTERAÇÕES (+)</b>	<b>SALDO EM 30/08/2018</b>
<b>DÍVIDA ATIVA</b>	<b>R\$ 62.775.151,00</b>	<b>R\$ 988.721,92</b>	<b>13.763.982,20</b>	<b>R\$75.550.411,28</b>
<b>BENS MÓVEIS</b>	<b>R\$ 27.019.331,90</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 1.932.497,73</b>	<b>R\$ 28.951.829,63</b>
<b>BENS IMÓVEIS</b>	<b>R\$ 31.764.786,75</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 3.712.015,01</b>	<b>R\$ 35.476.801,76</b>



# Detalhamento Dívida Ativa

Descrição	Valor
Taxa de Licença	20.805.208,64
T.A.E	18.476.152,37
ISSQN	16.231.108,63
IPTU / TSP	15.994.137,75
Contribuição de Melhorias	1.224.618,32
Demais Tributos	2.819.185,57
<b>Total</b>	<b>75.550.411,28</b>



# Prefeitura do Município de Jaguariúna



**Marcio Gustavo B. Reis**  
Prefeito Municipal

**Cristina Ap. Rossi Serra**  
Secretária de Administração e Finanças

**Sissi Helena Roque**  
Diretora de Contabilidade e Orçamento

**OBRIGADO**

Ao Senhor Vereador  
Afonso Lopes da Silva  
**Nesta**

Ao Senhor Vereador  
Alfredo Chiavegato Neto  
**Nesta**

Ao Senhor Vereador  
Ângelo Roberto Torres  
**Nesta**

À Senhora Vereadora  
Cássia Murer Montagner  
**Nesta**

Ao Senhor Vereador  
Cristiano José Cecon  
**Nesta**

Ao Senhor Vereador  
David Hilário Neto  
**Nesta**

À Senhora Vereadora  
Inalda Lúcio B. Santana  
**Nesta**

Ao Senhor Vereador  
José Muniz  
**Nesta**

Ao Senhor Vereador  
Luiz Carlos de Campos  
**Nesta**

Ao Senhor Vereador  
Rodrigo da Silva Blanco  
**Nesta**

Ao Senhor Vereador  
Romilson Nascimento Silva  
**Nesta**

À Senhora Vereadora  
Taís Camellini Esteves  
**Nesta**

Ao Senhor Vereador  
Walter Luís Tozzi de Camargo  
**Nesta**

Ao  
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais  
**13820000- Jaguariúna SP**

Ao  
Departamento de Comunicação  
**Nesta**

Ao Senhor  
José Renato de Almeida Chaves Filho  
Secretaria de Segurança Pública  
**Nesta**

Ao Senhor  
Valdir de Oliveira  
Secretário de Desenv. Econômico e Social  
**Nesta**

À Senhora  
Rita de Cássia Siste Bergamasco  
Secretária Municipal de Meio Ambiente  
**Nesta**

Ao  
Conselho Municipal de Saúde  
**Nesta**

Ao  
Conselho Mun.Dir.Criança e do Adolescente  
**Nesta**

Ao  
Jornal de Jaguariúna – JJ  
**Jaguariúna/SP**



Ao  
Jornal Gazeta Regional  
Jaguariúna/SP

Ao  
Conselho Tutelar de Jaguariúna  
Nesta

Ao  
Cons.Mun. de Defesa do Meio Ambiente -  
Nesta

Ao Senhor  
Lucas Gabriel Lopes  
Secretária de Obras e Serviços  
Nesta

Ao Senhor  
Rômulo Augusto Arsufi Vigatto  
Secretário Municipal de Planejamento Urbano  
Nesta

À Senhora  
Andréa Dias Lizun Bergamasco  
Secretária de Assistência Social  
Nesta

À Senhora  
Maria das Graças Hansen Albaran Santos  
Secretária de Turismo e Cultura  
Nesta

À Senhora  
Cristina Pinto Catão B. Hosikawa  
Secretária de Educação  
Nesta

À Senhora  
Cristina Ap. Rossi Serra  
Secretária de Governo e Finanças  
Nesta

Ao Senhor  
Valdir Parisi  
Secretário de Governo  
Nesta



Ao Senhor  
Rafael da Silva Blanco  
Secretário de Esportes e Lazer  
Nesta

À  
Rádio FM Estrela  
Av. Marginal, 600 - Centro  
13820-000 – Jaguariúna/SP

Ao Senhor  
Fabiano Augusto Rodrigues Urbano  
Secretário de Negócios Jurídicos  
Nesta

À Senhora  
Maria Emilia Peçanha de Oliveira Silva  
Secretária de Gabinete  
Nesta

À Senhora  
Maria do Carmo de Oliveira Pelisão  
Secretária de Saúde  
Nesta

À Senhora  
Flora Maria Bernardes Reis  
Presidente do Fundo Social de Solidariedade  
Nesta

Ao  
Conselho Municipal de Educação  
13820-000 – Jaguariúna – SP

Ao Senhor  
Marcos Cezar Terin Viotto  
Presidente do  
Conselho Comunitário de Segurança  
Jaguariúna – SP

Ao Senhor  
Sargento Antonio Araújo Cavalcante  
Comandante do Dest. da Polícia Militar  
**Nesta**

À Sua Excelência o Senhor  
Márcio Gustavo Bernardes Reis  
Prefeito Municipal  
**Nesta**

À Senhora  
Rita de Cássia Siste Bergamasco  
Vice Prefeita  
**Nesta**

Ao Senhor  
Josino José da Silva  
Secretário de Mobilidade Urbana  
**Jaguariúna/SP.**

À Sua Excelência o Senhor  
Dr. Sergio Luís Caldas Spina  
Promotor de Justiça  
**Jaguariúna/SP.**

À Senhora  
Dra. Flávia Travaglini Zulian  
Promotora de Justiça  
**Jaguariúna/SP.**

À  
Rádio Nova Sertaneja  
R: Amapá, 43 – Centro  
**13820-000 – Jaguariúna/SP**

A Senhora  
Juliana Belinatti Menardo  
Delegada Titular de Jaguariúna  
**Nesta**

À  
APAE – Assoc. Pais Amigos Excepcionais  
R: Amazonas, 1296- Mauá I  
**13820-000 Jaguariúna SP.**

À  
Associação Amigos do Padre Gomes  
Rua Cel. Amâncio Bueno, 473- Centro  
**13820-000 Jaguariúna SP.**

Ao Senhor  
Wilson Melilo  
Pres. do Centro Equoterapia de Jaguariúna  
Cx Postal 62  
**13820-000 Jaguariúna SP.**

À Senhora  
Dra. Renata Stela Quirino Malachias  
Dir. Pres. Associação Santa Maria de Saúde-  
ASAMAS -Hospital "Walter Ferrari"  
**13820-000 Jaguariúna SP.**

À  
Superintendência Técnica da Associação  
Santa Maria de Saúde - ASAMAS –  
R: Amazonas, 08- Dom Bosco  
**13820-000 Jaguariúna SP.**

Ao Senhor  
Manoel Alberto Barreiros Azevedo  
Superintendente Admin. e Financeiro da  
Associação Santa Maria de Saúde- ASAMAS  
**13820-000 Jaguariúna SP.**

À Sua Excelência a Senhora  
Dra. Ana Paula Colabono Arias  
Juíza da 2ª Vara da Comarca de  
**Jaguariúna/SP.**

À Sua Excelência o Senhor  
Dr. Marcelo Forli Fortuna  
Juiz da 1ª Vara da Comarca  
**Jaguariúna/SP.**

À Senhora  
Elizete Moura  
Diretora do Ofício Judicial-  
Fórum de Jaguariúna  
**13820-000 Jaguariúna SP.**

À Senhora  
Maria do Carmo Santiago Leite  
Presidente da OAB de Jaguariúna  
R: Joaquim Bueno 1273 Centro  
**13820-000 – Jaguariúna – SP**

Ao Senhor  
Prof. Dr. Ricardo Jorge Tannus  
Diretor Geral FAJ - Faculdade de Jaguariúna  
R. Amazonas, 504 – Br. Dom Bosco  
**13820-000 – Jaguariúna/SP.**

Ao Senhor  
Flávio Fernandes Pacetta  
Diretor da FAJ- Faculdade de Jaguariúna  
R: Amazonas, 504  
**13820-000 Jaguariúna SP.**

Ao Senhor  
Beniamino Fábio Di Gióia  
Diretor da Escola SENAI  
Rua Anésia Venturini Zani, 62 - Centro  
**13820-000 – Jaguariúna/SP.**

À Senhora  
Zaira Palermo Bodini  
Representante do Centro de Prof. Paulista  
R. Cândido Bueno, 1073 – Aptº 22 - Centro  
**13820-000 – Jaguariúna/SP.**

Ao Senhor  
José Luciano de Souza  
Pres. AJJA- Assoc. Jaguariunense de Jovens  
Aprendizes e Presidente Rotary Club  
R: Rio Grande do Sul, 488- Jardim Sonia  
**13820-000 Jaguariúna S.P.**

Ao Senhor  
Paul Van Opstal  
Pres. Do Projeto Lar Feliz  
Estância Recanto Alvorada-Br. Borda da Mata  
**13820-000 Jaguariúna SP.**

Ao Senhor  
Tomaz de Aquino Pires  
Coordenador da Casa da Memória  
Padre Antonio Joaquim Gomes  
**Nesta**

Ao Senhor  
Dr. Elmir Kalil Abi Chedid  
Dir.Estâncias Metrópolis Turismo e Viação  
Ltda e da Expresso Met. e Viagens Ltda.  
Rua Testa, 280 – Jd. São Sebastião  
**13.820-000 - Jaguariúna – S.P.**

Ao Senhor  
Reinaldo Vitório Chiavegato  
Pres. da ACIJ- Associação Comercial  
Industrial de Jaguariúna  
R: Julia Bueno, 651 - Centro  
**13820-000 Jaguariúna SP.**

Ao Senhor  
Wilson Roberto Pezzo  
Pres. APAE- Assoc. Pais Amigos dos Excepcionais  
R: Amazonas, 1296- Mauá I  
**13820-000 Jaguariúna SP.**

À  
Associação de Engenheiros, Arquitetos e  
Agrônomos de Jaguariúna – AEAAJ.  
**13820-000 Jaguariúna SP.**









# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

2029

Ata da Audiência Pública, para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 2º Quadrimestre de dois mil e dezoito, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000), convocada através do Edital de Convocação nº 023/2018, datado de 11 de setembro de 2018, realizada no dia vinte e sete de setembro de dois mil e dezoito, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato” da Câmara Municipal de Jaguariúna, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, nesta Cidade. Presidente Sr. Romilson Nascimento Silva. Vice-Presidente Sr. Afonso Lopes da Silva. Secretárias Sras. Cássia Murer Montagner e Inalda Lúcio de Barros Santana. Presentes os Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, e Romilson Nascimento Silva. Deixaram de comparecer os Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos Rodrigo da Silva Blanco, Taís Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo Presente, também, a Sra. Cristina Aparecida Rossi Serra, Secretária Municipal de Administração e Finanças, convidada, especialmente, para fazer as explanações a respeito das Metas Fiscais, sendo que a mesma fez parte da Mesa. Fizeram parte da Mesa, também, os Srs. Rômulo Augusto Arsuf Vigato, Secretário Municipal de Planejamento Urbano, Rafael da Silva Blanco, Secretário Municipal de Juventude, Esportes e Lazer e Valdir Antonio Parisi, Secretário Municipal de Governo. Inclusive com estas autoridades, estavam presentes na Sala das Sessões, aproximadamente, quinze pessoas, conforme consta de Lista de Presença anexada ao Processo. O Sr. Presidente da Casa, Vereador Romilson Nascimento Silva, cumprimentou a todos e deu início à Audiência Pública dizendo que a mesma era realizada para cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000), motivo pelo qual passou os trabalhos daquela Audiência para a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, na pessoa do seu Presidente o Vereador Afonso Lopes da Silva, porém não havendo a presença de mais Vereadores, o Departamento Jurídico orientou da necessidade de aguardar cinco minutos para a chegada de outros edis; decorrido o prazo concedido, o Sr. Presidente deu continuidade à Audiência, passando então, os trabalhos para o Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Afonso Lopes da Silva; estavam ausentes os outros membros da Comissões, Srs. Cristiano José Cecon, Vice Presidente e Luiz Carlos de Campos, Secretário; o Sr. Presidente da Comissão cumprimentou a todos dizendo que eles estavam cumprindo a audiência pública das contas da Prefeitura, as metas fiscais do segundo quadrimestre, e que, na verdade, era uma audiência pública prevista em lei, na Lei de Responsabilidade Fiscal, onde eles iriam tratar ali como estava sendo gasto o dinheiro público, e que achava que era uma questão importante, mas, infelizmente, se via que não tinha muito interesse, mas, de certa forma, eles tinham que estar cumprindo as



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



responsabilidades enquanto Vereador; disse que para iniciar a audiência ele iria chamar a Secretária de Finanças do Município para fazer parte da Mesa, a Cristina Serra, que iria apresentar os dados da Prefeitura, e, também, aproveitando chamar o Secretário de Planejamento Urbano, o Rômulo, para que também fizesse parte da Mesa; lembrou que ele tinha conversado com o Prefeito, Gustavo Reis, que nas outras audiências públicas eles tiveram alguns questionamentos de algumas Secretarias, por exemplo: apareceu um gasto lá que, de certa forma, chamou a atenção, e que claro, que a Cristina Serra, infelizmente, não podia estar no dia a dia em todas as Secretarias, e que ele conversou com o Prefeito para que, pelo menos, mandasse um representante de cada Secretaria, porque às vezes, fazia-se algum questionamento na audiência e o representante daquela determinada Secretaria estaria na Casa e responderia o questionamento que foi feito; disse que iria dar prosseguimento e iria passar a palavra para a Cristina Serra, que iria apresentar ali os dados, depois eles abririam para questionamentos, perguntas, e avançariam no debate; a seguir, tomou a palavra a Sra. Cristina Aparecida Rossi Serra, Secretária Municipal de Administração e Finanças, que cumprimentou a todos, agradecendo a presença das pessoas, dos Vereadores, a presença do Secretário Rômulo, e como o Vereador Silva já tinha dito, era a obrigatoriedade legal que eles fizessem essa audiência, demonstrando como estava sendo utilizado o dinheiro público, onde estava sendo aplicado, os dispositivos legais que estavam sendo cumpridos; disse que os dados da audiência daquela noite se referiam-se ao segundo quadrimestre de dois mil e dezoito, de janeiro a agosto, e os valores que seriam apresentados eram os valores dos oito meses, não só do quadrimestre, o acumulado; no próximo quadro tinha um demonstrativo onde tinha o valor previsto no orçamento, destacando algumas das principais receitas que foram previstas em orçamento e o valor realizado que era o valor efetivamente arrecadado; dentro do grupo de Receitas Correntes, eles destacavam o IPTU, com o valor previsto de treze milhões, oitenta e cinco mil e trezentos, valor arrecadado nove milhões, quinhentos e dezenove, seiscentos e quinze e cinquenta e oito, que representava setenta e dois vírgula setenta e cinco por cento do valor previsto em orçamento; disse que o comportamento da Receita do IPTU tinha sua particularidade, um montante, realmente, era arrecadado no primeiro quadrimestre, que eles tinham o benefício do pagamento à vista, e que essa característica do maior percentual sendo no primeiro e segundo quadrimestre era típico dessa receita mesmo; ISSQN, a previsão orçamentária era de trinta e cinco milhões, seiscentos e setenta e três mil e seiscentos, arrecadado até trinta e um do oito, vinte milhões, trezentos e quarenta e três, novecentos e noventa e três e setenta e dois, que representava cinquenta e sete vírgula zero dois por cento do valor previsto em orçamento; disse que consideraram ali oito meses, então, para quatro meses iriam ficar com o valor arrecadado da receita própria de ISSQN dentro da previsão, um pouco abaixo; o FPM, o valor previsto trinta milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil e duzentos, o valor arrecadado vinte



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

21034

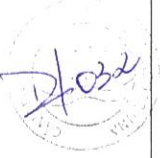
milhões, quinhentos mil, duzentos e trinta e dois e trinta e seis, representando sessenta e seis vírgula quarenta e dois por cento do valor previsto; ICMS, o valor previsto cento e oitenta e dois milhões, cento e oitenta e sete mil, o valor arrecadado cento e vinte e um milhões, oitocentos e oitenta e dois, oitocentos e quarenta e oito, e cinquenta e oito, que representava sessenta e seis vírgula oitenta e nove por cento, muito próximo e que a arrecadação total anual iria ficar bem próximo do previsto; Demais Receitas Correntes previsão de cento e trinta e cinco milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e cinquenta reais, e arrecadado cento e um milhões, oitocentos mil, novecentos e oitenta e quatro, zero dois, setenta e cinco vírgula vinte e seis por cento do valor previsto; as Contas Redutoras que eram em cima da arrecadação de ICMS, FPM, IPI, ITR, vinte por cento que era retido para a composição do FUNDEB e que foi previsto quarenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e oito, novecentos e oitenta, e realizado, trinta milhões, quinhentos e quarenta e quatro, trezentos e cinquenta e dois e treze, perfazendo sessenta e seis vírgula noventa e nove por cento do previsto; Receitas de Capital, Transferência de Convênios, previsão de um milhão, novecentos e quarenta e cinco, seiscentos e trinta, valor realizado de dois milhões e meio; dois, quinhentos e setenta e dois, sete cinco meia, setenta e dois, já trinta e dois por cento a mais do previsto; Outras Receitas de Capital que ali entrava a questão de leilões, e que não tinha previsto nada, e de fato não foi realizado; disse que dentro do Orçamento Previsto de trezentos e setenta e cinco milhões, setecentos e doze mil, eles tinham realizados duzentos e quarenta e oito milhões, quatrocentos e seis, novecentos e trinta e seis e oitenta e quatro, que dava sessenta e seis vírgula onze por cento efetivamente arrecadado; no próximo quadro tinha um gráfico "pizza", representando... o Sr. Presidente da Comissão pediu licença para a Sra. Cristina Serra, solicitando que o Secretário de Esportes fizesse, também, parte da Mesa, Sr. Rafael Blanco; a seguir, a Sra. Cristina Serra continuou dizendo que aquele era um gráfico representando os números, ICMS representava quarenta e nove por cento da arrecadação; no próximo quadro via-se as Despesas de dois mil e dezoito e que ela não sabia, mas achava que o pessoal não tinha substituído, e que ela tinha feito um demonstrativo ali só do ICMS de dois mil e dezoito, e que ela achava que o pessoal não passou, mas depois ela iria disponibilizar ali para a Câmara, e que até aquele dia, mês a mês, quanto eles arrecadaram de ICMS que foi o valor de cento e vinte um milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, de janeiro a agosto, ela iria depois disponibilizar para manter em arquivo; disse que as despesas de dois mil e dezoito, divididas em Despesas Correntes e de Capital e as Reservas, e que o valor previsto para Pessoal e Encargos, era de cento e quarenta e dois milhões, seiscentos e um, oitocentos e sessenta e dois e setenta e sete, o valor liquidado, que não era o valor empenhado, o valor liquidado, frisou, efetivamente, compromisso assumido, noventa e oito milhões, trezentos e sessenta e sete mil, seiscentos e setenta e um e quarenta e nove e pago, oitenta e sete milhões, quinhentos e quatro, duzentos e vinte e quatro e meia três, e que essa diferença entre

cu.



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



liquidado e pago, era a folha de pagamento e que ela era empenhada dentro do mês e pago até o quinto dia útil do mês seguinte, por isso aquele valor a recolher e encargos, também; Outras Despesas Correntes, cento e oitenta e quatro milhões, novecentos e noventa e seis, cento e sete e vinte e três era o valor previsto, o valor realizado liquidado, cento e dezenove milhões, quinhentos e cinquenta e nove, zero vinte e cinco, meia dois e pago, cento e treze, zero quarenta e nove, quinhentos e dez, meia nove; Despesas de Capital a previsão de Investimentos de dezoito milhões, zero oitenta e nove, zero trinta, liquidado quatro, novecentos e noventa e oito, quatrocentos e sessenta e cinquenta e um e pago, três milhões, oitocentos e quarenta e oito, duzentos e trinta e sete, setenta e sete; Reserva de Contingenciamento não foi utilizado ali, e o valor previsto orçamentário, Despesas: trezentos e setenta e cinco, setecentos e doze, valor liquidado, duzentos e vinte e dois, novecentos e vinte e cinco, cento e cinquenta e sete, meia dois, e o pago, duzentos e quatro, quatrocentos e um, novecentos e setenta e três e zero nove; disse que o próximo quadro era o gráfico "pizza", onde se podia ver que Pessoal e Encargos dava aproximadamente quarenta e quatro, dava quarenta e três e alguma coisa, Outras Despesas Correntes, cinquenta e quatro, que tratava-se de todos os serviços de manutenção da máquina, Despesa de Capital dois por cento; no próximo quadro mostrava a posição dos Restos a Pagar, e que tinham um resíduo de dois mil e doze no valor de trezentos e quarenta e três mil, quatrocentos e doze e quinze; de dois mil e quatorze, trezentos e trinta e quatro, quinhentos e seis e oitenta e três; no próximo quadro, dois mil e quinze, um milhão, novecentos e trinta e um, quatrocentos e oitenta e noventa e sete; dois mil e dezesseis, dois milhões, cento e cinquenta e oito, quinhentos e trinta e dois, e onze e dois mil e dezessete tinham um saldo a pagar de seiscentos e quarenta e dois milhões, oitocentos e quarenta e três e oitenta e três; no próximo quadro mostrava o gráfico onde eles tinham a variação e uma visão muito ampla da posição de Restos a Pagar, e o próximo slide era uma síntese, que somando o total a pagar de dois mil e doze até dois mil e dezessete, eles tinham cinco milhões, quatrocentos e dez, setecentos e setenta e cinco e oitenta e nove; no próximo quadro demonstrava a Dívida Consolidada, e nos próximos iriam ser abertos aquele valores; a Dívida Consolidada era a longo prazo, que eram os parcelamentos que eles tinham em andamento, tanto com órgãos multi governamentais e até com o JaguarPrev; disse que tinham no primeiro quadrimestre, trinta e oito milhões, cento e vinte e cinco, zero vinte e um, e noventa e um, o segundo, trinta e sete, quinhentos e onze; disse que, na verdade, ali houve uma baixa menor, porém a inclusão dos precatórios que eles tinham que pagar até trinta e um do doze de dois mil e dezessete; comentou que no balanço da Prefeitura ele tinha que figurar como compromisso a ser pago até o final do exercício; o próximo quadro mostrava um detalhamento dessa Dívida Consolidada, e que no JaguarPrev o valor que eles deviam era três milhões, seiscentos e setenta e quatro, cento e noventa e um e noventa e sete, tratava-se de três parcelamentos, e que um eles já estavam em fase de liquidação total, o que faltava



u.



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

1033

era um resíduo muito pequeno; tinham um outro parcelamento que era um valor médio, e um outro que iria demorar uns anos para eles conseguirem quitar; os precatórios que estavam num valor de dois milhões, oitocentos e dez, zero cinquenta e oito e oitenta e nove, e que tinham que ser quitados até trinta e um do doze de dois mil e dezessete, e questionada a respeito, disse que era dois mil e dezessete, e respondendo à pergunta não audível, ela disse que não, era dois mil e dezoito, e que não podia; o Sr. Presidente disse que no final eles iriam abrir para os questionamentos, e que era para o pessoal ir anotando e pelo regulamento da Audiência Pública, o Plenário não poderia se manifestar; a Sra. Cristina Serra continuou dizendo que o PASEP era um parcelamento de oitenta e nove mil, novecentos e setenta e quatro e noventa e dois, um parcelamento da Secretaria de Estado da Educação, que eram dos professores do Estado que eles reembolsavam, no valor de novecentos e setenta e cinco mil, trezentos e quarenta e quarenta e um; fornecedores diversos, vinte e nove, setecentos e quarenta e nove, novecentos e trinta e cinco e sete meia, e que estavam sendo negociados uma grande parte deles, alguns tinham entrado com ações judiciais, mas com o Programa do "Jaguariúna em Dia", eles já estavam negociando para parcelamento disso; o próximo quadro tratava da Receita Corrente Líquida, e que a Receita Corrente Líquida era composta da Receita Corrente total, deduzindo as contribuições que eles faziam para o JaguarPrev e o FUNDEB, que seria o valor de retenção do FUNDEB; disse que a Receita Corrente não era a do ano, era a do mês e de onze meses anteriores; trezentos e oitenta e cinco milhões, trezentos e dez, cento e cinquenta e um, sete dois, e que ela estava pegando oito meses daquele ano e quatro do ano anterior; Plano Previdenciário, sete milhões, quatrocentos e vinte e quatro, zero quarenta e seis, e quatorze e a dedução do FUNDEB de quarenta e quatro sete meia sete, um meia meia e quarenta e um e chegavam na Receita Corrente Líquida de trezentos e trinta e três, cento e dezoito, novecentos e trinta e nove e dezessete; disse que a Receita Corrente Líquida era a base para apuração de despesas com pessoal, então, no mesmo esquema, a Receita Corrente Líquida, a Receita do mês e mais onze meses anteriores, despesa com pessoal do mês e os onze meses anteriores; Receita Corrente Líquida trezentos e trinta e três, cento e dezoito, novecentos e trinta e nove e dezessete; Despesa com Pessoal e Encargos, cento e trinta e oito, novecentos e cinquenta, oitocentos e vinte e três e treze, e a porcentagem com relação à Receita Corrente Líquida, quarenta e um vírgula setenta e um por cento; o próximo quadro mostrava a Receita de Impostos, que também a base de cálculo para atendimento de alguns dispositivos na Lei também de Responsabilidade Fiscal e da Constituição; Impostos Municipais, quarenta milhões, trezentos e noventa e oito mil, quatrocentos e dezesseis e cinquenta e um; Transferência da União, vinte e um milhões, zero quarenta e dois, oitocentos e quarenta e cinquenta e nove; Transferência do Estado, cento e trinta e dois milhões, novecentos mil, dois nove um, oito oito, perfazendo um total de cento e noventa e quatro milhões, trezentos e quarenta e um, quinhentos e

u.



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

F034

quarenta e oito e noventa e oito; no próximo quadro mostrava que a Receita de Impostos, que foi feito o cálculo no slide anterior, ela iria ter uma variação na Aplicação da Saúde, porque no mês de julho e no mês de dezembro, um por cento que vinha a mais de FPM, ele vinha especificamente para ser aplicado na Educação, e que ele não entrava no cálculo da Aplicação da Saúde; disse que a Receita de Impostos que ela levava como base, era menos esse FPM que veio em julho, não o que vinha convencionalmente, mensalmente, era um extra, e que ia para a Receita de Impostos, cento e noventa e três milhões, cento e vinte e dois mil, seiscentos e noventa e oito, zero quatro; os Empenhos Liquidados vinte e seis milhões, seiscentos e vinte e um, zero cinco meia, sete quatro; os Empenhos Liquidados da ASAMAS, e que eles tinham duas unidades orçamentárias e duas bases para somar, e que seriam trinta e oito milhões, duzentos e trinta e sete mil, quinhentos e oitenta e nove e quarenta e cinco menos os Auxílios e Transferências que vinham do Estado e União específicos para a Saúde, no valor de três milhões, setecentos e sessenta e dois mil, novecentos e vinte e três e dezessete, e que o total aplicado da Receita de Impostos na Saúde do Município foi de sessenta e um milhões, zero noventa e cinco mil, setecentos e vinte e três, zero dois, representando trinta e um vírgula sessenta e quatro por cento da Receita de Impostos; no próximo quadro tinham a Aplicação na Educação, e que a Educação, na verdade, na Receita de Impostos entrava esse repasse adicional do FPM, a Receita de Impostos, cento e noventa e quatro, trezentos e quarenta e um, quinhentos e quarenta e oito e noventa e oito, o total de empenhos liquidados na Educação, trinta e nove milhões, zero zero sete, oitocentos e oitenta e oito e trinta; o valor retido do FUNDEB, e que ali eles tinham trinta milhões, e no slide anterior da Receita Corrente Líquida, deveria estar em quarenta e quatro, e que voltava a explicar que aqueles trinta era de dois mil e dezoito, aqueles quarenta e quatro era de agosto, de janeiro a agosto e quatro meses do ano passado, por isso que não era quarenta e quatro, era trinta, e que esse se referia a dois mil e dezoito só; Auxílios e Transferências também para a Educação, a União e Estado, seis milhões setecentos e oito, seiscentos e quarenta e três e setenta e um, total aplicado de sessenta e dois milhões, oitocentos e quarenta e três mil, quinhentos e oitenta e nove e setenta e dois, perfazendo um percentual de trinta e dois vírgula trinta e três por cento de aplicação na Receita de Impostos na Educação; próximo quadro era a aplicação no FUNDEB e que o valor recebido até trinta e um do oito, de janeiro a trinta e um do oito, foi de vinte e quatro milhões, seiscentos e noventa e oito, quinhentos e trinta e nove e noventa e oito, total de rendimentos, trinta e nove mil, cento e setenta e vinte e seis, que dava um total de FUNDEB de vinte e quatro milhões, setecentos e trinta e sete, setecentos e dez e vinte e quatro, e que eles aplicaram o total em atendimento à Resolução do FNDE, que tinha a obrigatoriedade de aplicar sessenta por cento desse recurso, no mínimo, no Magistério, e que eles tinham ali, no Magistério oitenta e nove vírgula oitenta e oito por cento do valor recebido do FUNDEB para a folha do Magistério, e que a diferença para

u.



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

dar para o cem por cento, era a folha do pessoal que trabalhava no Administrativo; disse que no hoje a Receita do FUNDEB não comportava a folha de pagamento da Educação; disse que chegando próximo ao final do ano eles tinham que pegar, não o pessoal do Magistério, mas o administrativo, e passar a empenhar no Ensino Infantil e Fundamental porque ela não podia ter um empenho maior do que o valor que ela recebia, embora isso fosse somado na aplicação da Educação, eles só tinham que atender ao dispositivo de aplicação mínima obrigatória dos recursos recebidos no exercício de noventa e cinco por cento, cinco por cento tendo que ser aplicado, inicialmente, a teoria era em trinta e um do três, agora era trinta e um de janeiro e como ele gastavam os cem por cento eles não tinham esse problema, mas no caso de gastar noventa e cinco, tinham que gastar o cinco até trinta e um de janeiro do ano subsequente, e os sessenta por cento do Magistério, eles já estavam com quase noventa por cento e que eles não conseguiam fazer investimentos em Educação e em nada, e no caso do Magistério, se ele não tivesse atingido os sessenta por cento, e que tinha aquela questão de bonificação de professores, e que tinha vários municípios que repassavam para os professores essa diferença, e no caso de Jaguariúna, ele não comportava nem a folha; o próximo quadro mostrava os Créditos de Dívida Ativa, saldo em trinta e um do doze de dois mil e dezessete, sessenta e dois milhões, setecentos e setenta e cinco, cento e cinquenta e um, alteração menor que seria novecentos e oitenta e oito, setecentos e vinte e um e noventa e dois, o valor recebido, a maior, treze milhões, setecentos e sessenta e três, novecentos e oitenta e dois e vinte, e o saldo em trinta e um do oito, era de setenta e cinco, quinhentos e cinquenta, quatrocentos e onze e vinte e oito; os Bens Móveis, o saldo patrimonial de vinte e sete milhões, zero dezenove, trezentos e trinta e um e noventa, houve um acréscimo de um milhão, novecentos e trinta e três, quatrocentos e noventa e sete e setenta e três, e o saldo de vinte e oito milhões, novecentos e cinquenta e um, oitocentos e vinte e nove e sessenta e três; Bens Imóveis, trinta e um milhões, setecentos e sessenta e quatro, sete oito meia, e setenta e cinco, em trinta e um do doze de dois mil e dezessete, alterações para maior de três milhões, setecentos e doze, zero quinze, zero um, saldo em trinta e um do oito, trinta e cinco milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, oitocentos e um e setenta e seis; o próximo slide era a pedido do Bozó, e que ele tinha pedido que eles trouxessem um detalhamento para ter uma visão mais aberta e transparente da composição do saldo da Dívida Ativa do Município, e que a Taxa de Licença no hoje, representava vinte e sete vírgula cinquenta e quatro por cento do total da Dívida Ativa; Tarifa de Água e Esgoto, vinte e quatro vírgula quarenta e seis por cento, ISSQN vinte e um vírgula quarenta e oito por cento; o IPTU vinte e um vírgula dezessete por cento, contribuição de melhorias um milhão, duzentos e vinte e quatro, seiscentos e dezoito e trinta e dois, representava um vírgula sessenta e dois, e demais tributos três vírgula setenta e três por cento do total; disse que ali era o carro chefe da Dívida Ativa, e na verdade os quatro primeiros impostos quase que empatavam, a composição toda da



divida se resumia nisso daí; a seguir, agradeceu; o Sr. Presidente disse que iriam para as inscrições e indagações que as pessoas pudessem fazer e que a funcionária Daniela estava lá para fazer as inscrições; o Sr. Presidente chamou o Sr. Valdir Antonio Parisi, Secretário de Governo para fazer parte da Mesa; a seguir, fez uso da palavra, devidamente inscrita, a Sra. Aline Grando, funcionária pública municipal, representante da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, que depois de cumprimentar a todos disse que o que ela queria saber na parte de Metas Fiscais, que ela já tinha conhecimento do que vinha acontecendo, que precisavam reduzir, precisavam fechar e algumas coisas eram prioritárias, como eles estavam perguntando sobre uns precatórios, que eram prioritários, mas ela gostaria de saber uma coisa mais global, para o último quadrimestre, o fechamento geral daquilo, pelo que eles estavam computando, pagando os precatórios, pagando folha de pagamento, pagando todas as condições que eram primordiais, ela queria saber as porcentagens de algumas Secretarias que pesavam mais, eles sabiam que utilizavam mais, a Saúde, o Hospital pesava muito no Orçamento da Saúde, tinha conhecimento também que, na área de Educação houve ataque que não poderiam fazer contratações e aquilo pesou muito na Educação, então, sabiam quais eram os calcanhares de Aquiles que tinha ocorrido, mas ela queria saber em geral porque existia o remanejamento de Secretarias, existia vinte por cento se ela não se enganava, para remanejamento de Secretarias e como ficaria aquele último quadro financeiro daquele último quadrimestre, porque às vezes falavam muito em números, entendiam tudo aquilo, mas as pessoas, às vezes, olhavam e não sabiam até onde eles poderiam chegar ou não, e ela achava que seria interessante fazer um prisma geral de como era aquele último quadrimestre para fechar as contas dentro do Município quadrado, realmente, com o Tribunal de Contas, tudo certinho; a Sra. Cristina Serra disse que ela achava que eles poderiam ver que todo final de ano, todo valor que era empenhado, liquidado, ele batia, porque eles processavam todos os restos, então se pegassem o valor empenhado iria falar que estava muito maior do que o valor, porque aquele último quadrimestre era onde eram feitas as revisões de contratos, ela já fez a primeira revisão, estava aguardando os Secretários, porque na verdade ela já colocou uma reunião de Secretários com contingenciamento, então, aquele contingenciamento ela já estava sentindo o reflexo dele, não era o suficiente ainda, então, ela estava para ter uma próxima reunião com os Secretários e a Administração daqueles contratos era particularidade de cada Secretaria, se falassem para ela fechar no azul, ela fechava no azul, o número era frio e exato, ela ia lá, contingenciava e pronto, ela não sabia a necessidade diária, qual era a prioridade de cada Secretaria, aquele era o papel do Secretário da Pasta, depois que a despesa estava executada, então ia para ela e criavam mecanismos internos, sistema extremamente deficitário de informações e já estava sendo a conversão e em meados de novembro já estavam com um sistema novo, onde cada Secretário iria gerenciar a sua dotação, porque como atualmente ela não tinha instrumentos, o Secretário conseguia fazer uma solicitação de comprar e se chegasse para ela e não tivesse dotação, ela devolvia sem exceções, e o último quadrimestre era aquele

m

4036



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

2037

que iria definir, se olhassem o comportamento geral lá, dentro daquelas Receitas que entraram, tinham Receitas vinculadas que ela tinha de gastar e o convênio até poderia renovar, mas tinha fundo a fundo, por exemplo, da Assistência Social que ela tinha de gastar, porque ele era parâmetro para cálculo de repasse para o Município no próximo ano; disse que era como ter um filho e dar mesada para ele, dando cinquenta reais por mês, e chegou no final do ano ele teria seiscentos reais, a pessoa pensaria que no outro ano não precisaria dar cinquenta, porque ele não estava gastando, ou iria dar dez, ou vinte ou trinta, então, onde entrava o Orçamentário e Financeiro teriam de caminhar juntos, e aquilo que ela não conseguia vincular que era o recurso vinculado, o repasse direto, o convênio, ela poderia aditar o convênio, se era recurso Estadual ou Federal, pedindo com sessenta dias de antecedência, poderia aditar, porém o repasse fundo a fundo não, porque os projetos apresentados eram continuados ficou com dinheiro na conta bancária, não executou aquilo que compactuou, falou que se recebesse cinquenta mil para um projeto para o Fundo da Criança e do Adolescente, chegou em novembro e não gastou nada, e daí comprava tudo em papelaria, daí iria ter de devolver aquele dinheiro, porque aquilo não era para ficar no estoque, porque era para manter uma ação da Secretaria, e aquele último quadrimestre era para fazer uma ação para contingenciar o recurso vinculado inclusive, se a previsão de Receita estivesse condizente; falou que se tivesse colocado lá trinta mil reais para receber de um convênio para Assistência Social, tinha uma ficha de despesa vinculada de trinta mil para gastar e ela ia lá e via na Receita que só iria entrar dez e, automaticamente, aqueles vinte ela não iria gastar porque o que iria entrar para o Município, que era uma Receita que não iria entrar, então, se remanejasse e usasse para o Tesouro, já estava cavando um buraco com uma colher, tinha a certeza de que aquela Receita não iria entrar e se tinha uma previsão de trinta e estava entrando vinte, ela não poderia gastar trinta, ela tinha de gastar vinte, ela não poderia pegar dez de lá, passar para o Tesouro e gastar, porque a Receita com gasto livre estava com previsão de sessenta e seis por cento e estava muito próximo do que foi previsto, o que tinha lá para custeio era muito difícil de ter recurso para custeio, embora tivesse lá, era uma parcela pequena e estavam em fase ainda de contratação de pessoal, porque para contratar pelo concurso demorava demais, era quinze dias de prazo para isso, para aquilo e aquela apuração de despesa com pessoal ainda não era a realidade dela; disse que estavam com quatro meses de Receita Corrente do ano passado, com gastos de quatro meses do ano passado, então, aquele quadrimestre era decisivo para o fechamento de contas, aquilo não era questão de Gestão, não era questão de Jaguariúna, e sim era uma questão geral, até as pessoas no Orçamento da própria casa, se quisesse fazer uma viagem em dezembro e não conseguisse economizar, teriam de fechar a torneira de setembro a dezembro; disse que dentro daquilo falaria que iria conseguir arrecadar, porém, será que seria para o gasto livre? E se arrecadasse maior de Receita vinculada, era naquele objeto que poderia gastar; se arrecadou dez milhões a mais para pavimentação, não poderia pagar merenda escolar, porque o que era vinculado era vinculado, o acompanhamento de setembro, outubro, fazia mensal, novembro, dezembro,

uu.



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

2033

faziam semanal e, então, quando falavam que tinham de cortar, eles teriam de cortar fonte Tesouro e previsão de Receita vinculada com a realização dela a menor, contingenciavam também, porque não iriam remanejar da fonte cinco para a fonte um, a fonte cinco era Federal, ela jogava lá para o Tesouro e gastava e aquela fonte cinco não entrava, ela gastou do Tesouro e estava com déficit; a seguir, a Sra. Aline Grando agradeceu e disse que era mais aquilo que ela queria saber pelo fato daquele remanejamento, porque aquele lance entrar uma compra direta, chegar no Departamento de Compras e eles ainda não terem um sistema adequado para que pudesse saber que não poderiam mais gastar em determinado tipo de objeto e daí eles só descobriam quando aquilo voltava e que estava sendo solucionado e ela achava que iria ajudar por demais a eles todos na Gestão, e a segunda sugestão era que o remanejamento das verbas que estavam de uma Secretaria para outra, que ocorria o déficit de algumas, eles sabiam que estava de uma maneira que não dava mais para acontecer porque não tinham mais aquela margem; a Sra. Cristina disse que não dava, que não tinha porque aquela margem não iria entrar e que iriam gastar, pensando que iria receber cinquenta mil de décimo terceiro, mas não iria receber cinquenta mil, e iria gastar dez e faria um empréstimo de quarenta para pagar em dezembro, e não teria como pagar porque não teria Receita; a seguir, fez uso da palavra, devidamente inscrita, a Sra. Maria Rita Elisa Granato, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipal, a qual cumprimentou a todos, dizendo para a Cristina que ela não entendeu um detalhe da Dívida Ativa porque parecia que a leitura dela não bateu com o que ela tinha ou ela não acompanhou corretamente, e que a Cristina tinha falado das porcentagens; a Sra. Cristina Serra disse que era a composição, que ela tinha falado das porcentagens e que era um outro quadro diferente, e a Sra. Rita disse que, então, depois ela pegava e que a preocupação dela recente era com relação à contribuição para a JaguarPrev, que recentemente, como todos sabiam tinham cinco OSCs. na Educação, nas creches que a demanda era muito grande, o Município estava, ela acreditava, que com falta de funcionários, concursos, então, ela achava que veio a calhar ter aquelas cinco OSCs. mas pensando que, futuramente, iriam deixar de arrecadar para a Jaguar Previdência e estava para sair mais uma que, pelo que estava no jornal, ela iria ser uma das maiores creches do Município, e a preocupação dela era como iria ficar a rotatividade no JaguarPrevidência, porque ainda tinham bastante pessoas para se aposentarem, e aquelas OSCs. não iriam fazer falta no futuro no Jaguar, com a contribuição? A Sra. Cristina disse que não, de maneira alguma, até porque a contratação daqueles funcionários era pela Organização Social Civil, os funcionários eram celetistas, então, eles não contribuíam para o JaguarPrev e também não iriam dar despesa nenhuma para eles, nem para afastamento, nem para aposentadoria, e uma coisa era terceirizar; disse que os servidores do Hospital não contribuíam para o JaguarPrev, porém, não se aposentariam pelo JaguarPrev, então, havia um equilíbrio na contratação e quem era aposentado continuava contribuindo; a Sra. Rita Granato perguntou se não iria fazer falta aqueles cento e poucos funcionários na contribuição do Jaguar Previdência futuramente? A Sra. Cristina

cu.



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

1039

disse que eles já não tinham aqueles funcionários, então não era uma substituição de servidores da Prefeitura que seriam cedidos, eles já não tinham, porque uma grande parte daquele pessoal estava concorrendo à vaga da OSC que eram todos prestadores de serviços e contribuía para o INSS e não para o JaguarPrev, então, não era uma substituição; a Sra. Rita agradeceu e disse que outro era a famosa dívida ativa que continuava aumentando mais um pouco, perguntou qual eram os procedimentos que estavam para as cobranças, e a Sra. Cristina disse que, na verdade, tinham mais ou menos sete mil processos que foram ajuizados, e eles falavam de processos, mas era feito por inscrição, então, poderia ser que tivesse mais de uma pessoa que fez mais de uma inscrição e que estava tendo uma procura muito maior para pagamento à vista, mas ainda o resultado não era satisfatório e da composição daquela dívida ativa tinham muitas dívidas e, sinceramente, disse que dificilmente eles teriam condições de cobrar aquilo e já estava sendo feito um estudo de uma maneira que se a pessoa não conseguisse quitar a dívida, ao menos diminuía a inscrição da dívida, então, já estava sendo feito os estudos para aquilo; a Sra. Rita disse que via daquele lado, mas tinha uma dívida que estava renegociando, o Município tinha dívida com fornecedores e estava quitando, e por outro lado tinham setenta e cinco milhões que não pagavam para a Prefeitura; a Sra. Cristina disse que a nova lei do Refis, antes funcionava da seguinte forma: a pessoa ia lá parcelava em sessenta, pagava duas, tirava o ponto, parava de pagar e acabou e, atualmente não era daquela forma, porque a pessoa só conseguiria desbloquear a conta no banco quando ela pagasse a última, então, aquela era a esperança deles no ano atual, e o retorno foi pequeno, receberam quinhentos e trinta mil à vista e demorou seis meses para receber um valor daquele, então, perto do valor inscrito era quase insignificante e era mesmo e teriam de desenvolver uma ferramenta inversa; a Sra. Rita Granato mais uma vez agradeceu o esclarecimento da Sra. Cristina. A seguir, o Sr. Presidente perguntou se mais alguém gostaria de fazer uso da tribuna e como não havia mais nenhum inscrito, ele passou a palavra para a Sra. Cristina para que ela pudesse fazer as considerações finais para encerrar aquela Audiência Pública; a Sra. Cristina disse que ela se colocava à disposição para tirar dúvidas, poderiam procurar por ela na Prefeitura, embora tivessem o Portal da Transparência, às vezes, a pessoa queria outra informação, ele estava em construção, então, era um trabalho que estava sendo feito, já estava bem adiantado, porém ela se colocava à disposição e agradecia a presença de todos que, na verdade, não era só ela que andava pelas ruas, eram todos eles, e cada Secretaria tinham os seus componentes, os seus contatos, que poderia levar para eles a demanda para a Câmara dos Vereadores, que ela também agradecia porque estava sendo um meio para ela, enquanto Secretária de Finanças, facilitava demais, pontuar onde tinha de ser melhorado, então, não tinha nada que não pudesse ser melhorado e o trabalho tinha de ser melhorado continuamente e ela se colocava à disposição para receber qualquer um que comparecesse na Prefeitura, ela estava pronta para atender. Em seguida, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e da Secretária de Finanças, e deixou claro que aquela Audiência tinha a intenção clara



# Câmara Municipal de Jaguariúna


Estado de São Paulo

7040

também de deixar as contas da Prefeitura e todos os movimentos que era feitos do ponto de vista fiscal da Gestão, estar expondo para todos e também fazer a publicidade de como a Prefeitura estava fazendo a gestão dos recursos, como estava sendo gerido o dinheiro público e ele achava que aquilo também era muito importante; agradeceu a participação de todos e disse que iriam fazer a próxima Audiência no mês de fevereiro que, por lei, não poderia passar para o mês de março e naquela Audiência Pública de fevereiro, a Cristina iria na Casa para fazer o fechamento do ano de dois mil e dezoito e ele esperava que fosse igual ao ano de dois mil e dezessete que foi fechado com o resultado positivo. Agradeceu a todos e encerrou a presente Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

  
**Vereador Afonso Lopes da Silva**  
**Presidente**

  
**Vereador Cristiano José Cecon**  
**Vice-Presidente**

  
**Vereador Luiz Carlos de Campos**  
**Secretário**



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

*Poly*

## Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Jaguariúna, 3 de outubro de 2018


Ao Senhor  
Vereador Romilson Nascimento Silva  
Presidente da Câmara Municipal

**Nesta**

Senhor Presidente,

Solicitamos os bons ofícios de Vossa Excelência, no sentido de encaminhar ao Senhor Chefe do Poder Executivo Municipal uma cópia, autenticada pela Secretaria desta Casa, da Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 2º Quadrimestre de 2018, acontecida no dia 27 de setembro de 2018, nesta Câmara Municipal.

Atenciosamente,

  
VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA  
Presidente da Comissão Permanente de  
Orçamento, Finanças e Contabilidade

<b>PROTOCOLO</b>
Nº de Ordem <u>1549</u>
Fis. Nº <u>082</u> Livro Nº <u>037</u>
<u>03/10/2018</u>
<b>SECRETARIA</b>



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Jaguariúna, 3 de outubro de 2018

Ofício n.º 816/2018. - PRE

Senhor Prefeito

Atendendo solicitação do Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade (cópia anexa), passamos às mãos de Vossa Excelência cópia da **Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 2º Quadrimestre de 2018**, realizada aos 27 de setembro do corrente, por esta Casa de Leis.

Limitados ao exposto, apresentamos a Vossa Excelência os nossos reais protestos de elevada estima e distintíssima consideração.

  
**VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA**  
Presidente

À Sua Excelência o Senhor  
Márcio Gustavo Bernardes Reis  
Prefeito Municipal  
Jaguariúna – S.P.

